

MENSAGEM

I - APRESENTAÇÃO

Com enorme satisfação encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, formulada em total consonância com o Plano Plurianual e as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem assim com as normas pertinentes da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orgânica do Município de Santos. A presente Proposta Orçamentária compreende Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os programas e ações da Administração Direta e dos órgãos da Administração Indireta: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Santos, Caixa de Assistência ao Servidor Público Municipal de Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos, Fundação Pró-Esporte de Santos e Fundação Parque Tecnológico de Santos.

Na elaboração da presente Proposta levou-se em consideração o cenário econômico e financeiro projetado para o País no próximo exercício e sua repercussão no âmbito regional e local, bem como os resultados já alcançados com as medidas de contingenciamento implementadas pela atual Administração.

Com efeito, as perspectivas atuais da economia brasileira ainda sinalizam um cenário restritivo para o próximo ano, afetando diretamente alguns dos principais itens das receitas próprias da municipalidade. Lentamente a economia nacional sai da condição conjugada de baixo crescimento econômico e elevação do nível geral de preços. As projeções mais recentes do Banco Central do Brasil indicam uma situação de inflação abaixo da meta inflacionária, com uma variação do PIB próxima de 2% para 2018, relativamente satisfatório ante o desempenho econômico do País no corrente exercício projetado em 0,34%.

Neste contexto de desafios, o Poder Legislativo Municipal desempenha função pública fundamental no processo de elaboração da proposta orçamentária, pois incumbe aos vereadores a discussão, a votação e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, como representantes do povo e legitimadores da vontade popular.

Conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, a participação popular foi assegurada por meio de audiência pública e votação massiva no Orçamento Participativo.

Buscando uma maior eficiência na aplicação do erário público, o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018 apresenta diversas inovações, distribuídas por todos os Órgãos Municipais, para o amplo debate e plena apreciação pelos vereadores, com o firme objetivo de avançar no desenvolvimento das áreas social, urbana e econômica de Santos.

Dentre as novidades, destacamos a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento dos Parques – FEPAR e uma função programática exclusiva da Defesa Civil que permitirá a captação de recursos externos.

A proposta orçamentária também está em conformidade com o Decreto nº 7639/2017 que trata sobre a nova estrutura administrativa

Dentre os pontos de maior relevância está a criação da unidade orçamentária Encargos Gerais do Município-EGM, que concentrará as despesas comuns das demais secretarias, como pessoal, concessionárias, frota, dentre outras, permitindo maior eficiência, rapidez e controle desses recursos orçamentários. Serão mantidos alocados nas secretarias somente os recursos necessários para o desenvolvimento de seus projetos e atividades fins.

As secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social devido às suas peculiaridades e vinculações legais não sofreram alteração em sua estrutura orçamentária.

A prática da manutenção de uma unidade orçamentária gerenciadora já é adotada por grandes capitais como São Paulo e Salvador e município de porte econômico como São José dos Campos. Assim, com a criação do EGM o município de Santos mantém-se atualizado diante do desafio de administrar um dos maiores orçamentos públicos do país.

Abaixo destacamos quadro demonstrativo das despesas prevista para 2018 dos órgãos da Administração Direta com os respectivos valores alocados no EGM totalizando o orçamento de cada secretaria:

ORGÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL POR ORGÃO	EGM DISTRIBUIDO	TOTAL ORGÃO C/EGM
9	CÂMARA MUNICIPAL	87.884.000,00		87.884.000,00
10	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	2.240.000,00	16.108.000,00	18.348.000,00
12	SECRETARIA DE FINANÇAS	6.737.000,00	123.421.000,00	130.158.000,00
13	SECRETARIA DE GESTÃO	12.696.000,00	155.818.000,00	168.514.000,00
14	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	505.867.000,00		505.867.000,00
15	SECRETARIA DE SAÚDE	599.030.000,00		599.030.000,00
16	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	55.871.000,00		55.871.000,00
17	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES	129.514.000,00	22.375.000,00	151.889.000,00
18	SECRETARIA DE TURISMO	2.972.000,00	7.147.000,00	10.119.000,00
19	SECRETARIA DE ESPORTES	2.611.000,00	20.489.000,00	23.100.000,00
20	SECRETARIA DE CULTURA	4.019.000,00	22.754.000,00	26.773.000,00
21	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	1.486.000,00	6.717.000,00	8.203.000,00

23	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	8.865.000,00	17.871.000,00	26.736.000,00
24	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	59.563.000,00	12.421.000,00	71.984.000,00
27	SECRETARIA DE SEGURANÇA	3.389.000,00	36.553.000,00	39.942.000,00
29	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	147.749.000,00	56.425.000,00	204.174.000,00
35	SECRETARIA DE GOVERNO	1.664.000,00	3.919.000,00	5.583.000,00
36	SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES	13.335.000,00	4.315.000,00	17.650.000,00
37	OUVIDORIA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	56.000,00	1.161.000,00	1.217.000,00
38	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUC. E CIDADANIA	1.663.000,00	7.206.000,00	8.869.000,00
39	SECRETARIA DE ASSUNTOS PORTUÁRIOS, IND. E COM.	93.000,00	1.895.000,00	1.988.000,00
49	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	516.595.000,00		
TOTAL		2.163.899.000,00	516.595.000,00	2.163.899.000,00

Órgão	Descrição	Orçamento por Órgão
30	FUND ARQUIVO E MEMORIA DE SANTOS	1.888.000
31	FUNDAÇÃO PRO-ESPORTE DE SANTOS	3.708.000
32	INST.PREV.SOCIAL SERV. PUBL. MUN. SANTOS	424.401.000
33	CAIXA DE ASSIST.SERV.PUBL.MUNIC.SANTOS	68.775.000
34	FUND PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS	880.000
		499.652.000

I - DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA2.163.899.000

II-DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....499.652.000

III = I + II TOTAL GERAL DA DESPESA.....2.663.551.000

II - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Receita foi prevista com base nas projeções econômicas mais recentes e considerando os efeitos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, os valores históricos e outros fatores relevantes.

A receita líquida estimada para o exercício de 2018 totaliza R\$ 2.663.551.000,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, quinhentos e

cinquenta e um mil reais) e representa uma redução da ordem de 1,2% em relação à receita orçada para o exercício de 2017.

A Receita Própria da Administração Direta é composta da receita tributária, de contribuição, patrimonial, de serviços e de outras receitas correntes somando R\$ 1.653,208 milhões.

A Receita Tributária da Administração Direta atinge R\$ 1.123,749 milhões, sendo assim constituída:

Impostos

Imposto Predial e Territorial Urbano.....	396.252.000
Imposto s/Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis.....	61.223.000
Imposto s/Serviços de Qualquer Natureza.....	479.437.000
Imposto s/Renda e Proventos Qualquer Nat. Retido Fonte....	95.489.000
Total de Impostos.....	1.032.401.000
Taxas.....	91.348.000
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA.....	1.123.749.000

A Receita Líquida de Transferências do Estado, da União e de Convênios (já considerada a dedução da contribuição ao FUNDEB) atinge R\$ 800,564 milhões e representa 31,41% da receita da Adm. Direta.

Destacam-se:

ICMS.....	315.991.000
IPVA.....	99.562.000
FPM.....	74.378.000
SUS.....	186.399.000
FUNDEB.....	147.000.000

A previsão para as Receitas de Capital é de R\$ 106,199 milhões representando 3,9% da receita total da Administração Direta. Nesse valor destacam-se: operação de crédito de R\$ 50,344 milhões com o Governo Federal para investimentos do PAC-Mobilidade Urbana R\$ 28,099 milhões de transferências de convênios com a União e o Estado para diversas obras no Município.

A receita total da Administração Indireta (IPREVSANTOS, CAPEP-SAÚDE, FAMS, FUPES e FPTS) está estimada em R\$ 493,312 milhões, correspondendo a 18,52% da receita total do Município. As receitas correntes somam R\$ 181,102 milhões e a receita intraorçamentária (contribuições patronais ao IPREVSANTOS e CAPEP-SAÚDE) totaliza R\$ 312,210 milhões.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA

1. Receita Própria da Administração Direta

Receita Tributária	1.123.749.000
Receita de Contribuição	18.000.000
Receita Patrimonial	38.798.000
Receita de Serviços	10.000
Outras Receitas Correntes.....	82.920.000..... 1.263.477.000

2 - Receita de Transferências

Transferências Correntes	899.248.000.....899.248.000
--------------------------------	-----------------------------

3 - Receita Corrente (1+2)	2.162.725.000
---	----------------------

4 - Receita de Capital

Operação de Crédito	54.074.000	
Alienação de Bens	2.000	
Transferências de Capital	<u>52.113.000</u>	106.199.000

5 - Receita Bruta da Administração Direta (3+4)..... 2.268.924.000

6 - Dedução - Contas Retificadoras.....(98.685.000)

7 - Receita Líquida da Administração Direta (5-6) 2.170.239.000

8 - Receita da Administração Indireta

Receita da CAPEP-SAÚDE	68.775.000	
Receita do IPREVSANTOS	424.401.000	
Receita Própria das Fundações	<u>136.000</u>	493.312.000

9 - Receita Líquida Total2.663.551.000

III - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa fixada para o exercício de 2018 neste Projeto de Lei Orçamentária totaliza R\$ 2.663.551.000,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e um mil reais), sendo R\$ 2.163.899.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões, oitocentos e noventa e nove mil reais) da Administração Direta e R\$ 499.652.000,00 (quatrocentos e noventa e nove milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil reais) na Administração Indireta.

Os recursos foram alocados nos diversos órgãos da Administração, sendo os principais destaques e alterações:

Gabinete do Prefeito Municipal - com um orçamento de R\$ 2,240 milhões, inclui o Gabinete do Vice-Prefeito, o Fundo Social de Solidariedade - FSS e o Fundo Municipal do Idoso de Santos - FMI/Santos.

Secretaria de Finanças - com recursos de R\$ 6,737 milhões é gestora do pagamento das dívidas municipais e pela administração dos recursos.

Secretaria de Gestão - com R\$ 12,696 milhões é responsável pelas áreas de tecnologia, recursos humanos e suprimentos da Prefeitura e concentra recursos

para contratos de prestação de serviços que atendem a diversos órgãos municipais.

Secretaria de Educação – com um total de R\$ 505,857 milhões, o percentual do gasto com a educação atinge 27,03% do total da base de incidência das receitas previstas na vinculação constitucional. O FUNDEB prevê uma arrecadação de R\$ 147 milhões.

Secretaria de Saúde - a Prefeitura prevê aplicar 21,81% na saúde conforme cálculo da vinculação constitucional. A Secretaria estima o ingresso de R\$ 191,509 milhões de recursos federais e R\$ 34,403 milhões de recursos estaduais para o financiamento das ações de saúde. O orçamento total da Secretaria para 2017 é de R\$ 599,030 milhões.

Secretaria de Assistência Social – é responsável pela execução das ações continuadas de assistência social, oferecendo serviços, projetos e benefícios de proteção social para a família e pessoas em situação de vulnerabilidade. É gestora dos recursos do SUAS-Sistema Único de Assistência Social. O Fundo Municipal de Assistência Social tem previstos recursos de R\$ 17,732 milhões, sendo o total da Secretaria R\$ 55,871 milhões.

Secretaria de Infraestrutura e Edificações – tem por competência o planejamento e fiscalização de obras públicas, prediais e viárias. Gere os recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE, com investimentos previstos para obras de infraestrutura e desenvolvimento turístico, de revitalização urbana e de recuperação viária com previsão total de R\$ 25,600 milhões e do FINCOHAP – Fundo de Incentivo para Construção de Habitações Populares com R\$ 12,0 milhões. Além de gerenciar o Programa Santos Novos Tempos com investimentos previstos na ordem de R\$ 4,948 milhões.

Secretaria de Turismo – gerencia os equipamentos turísticos de Santos, mantém o Restaurante Escola e busca um contínuo aprimoramento de programas e projetos voltados ao turismo e o desenvolvimento econômico da Cidade, com um orçamento de R\$ 2,972 milhões.

Secretaria de Esportes – tem como principal finalidade promover atividades físicas acessíveis a toda a população, apoiar eventos esportivos e gerenciar o uso dos espaços esportivos municipais. Para tanto, foram destinados R\$ 2,611 milhões para suas ações em 2018.

Secretaria de Cultura – previstos recursos de R\$ 4,019 milhões para a organização dos eventos culturais, gerenciamento dos equipamentos culturais e promoção de cursos e oficinas. Destaque para a alteração na legislação do Fundo de Assistência à Cultura - FACULT que passa a permitir a aplicação dos recursos próprios na construção, manutenção e conservação de equipamentos e bens do patrimônio artístico, cultural e histórico do Município.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano – responsável por dirigir planos, legislação, projetos e programas voltados ao progresso socioeconômico sustentável do Município, tendo uma previsão de R\$ 1.486 milhões, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Santos – FUNDURB.

Secretaria de Meio Ambiente – controla e fiscaliza a preservação ambiental do Município. Gerencia o serviço de coleta seletiva (lixo reciclável), os recursos estaduais provenientes de convênios com a FEHIDRO e os parques Aquário e Orquidário. Fazem parte do órgão o Fundo de Proteção e Bem-Estar Animal e o Fundo de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, totalizando recursos de R\$ 8,865 milhões.

Procuradoria Geral do Município – o total de recursos consignado no órgão contempla o pagamento de precatórios cujo valor atende a vinculação de 2,06% da Receita Corrente Líquida isolada da Prefeitura prevista para 2018, importando em R\$ 42,521 milhões incluindo os valores dos Requisitórios de Pequeno Valor - RPV.

Secretaria de Segurança – gerenciadora dos convênios com o Corpo de Bombeiros, SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública e com o governo estadual para a Atividade Delegada. Os recursos alocados de R\$ 3,389 milhões atendem ainda as despesas com a Guarda Municipal, a Defesa Civil e o programa Salva Surf. A novidade para 2018 é a criação de uma função programática exclusiva da Defesa Civil que permitirá a captação de recursos externos e planejar e controlar a prevenção de desastres.

Secretaria de Serviços Públicos - congrega as Subprefeituras dos Morros, da Zona Noroeste, Central Histórica, Área Continental e Zona da Orla e Intermediária que desenvolvem serviços de manutenção de todos os próprios públicos do Município: escolas, unidades de saúde, unidades assistenciais, equipamentos esportivos, turísticos e culturais, praças, etc. Além disso, gerencia o convênio com a CET/Santos (Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos) e os contratos de conservação de vias públicas asfaltadas (tapa buraco) e da limpeza pública. Para tanto são destinados recursos de R\$ 147,749 milhões.

Secretaria de Governo - auxilia o Executivo no cumprimento do programa de metas estabelecido no Programa Plurianual para a área de desenvolvimento e na formulação democrática e implantação da Política Municipal de Desenvolvimento. Também dirige o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados ao desenvolvimento, relativamente aos assuntos de tecnologia, ciência e inovação, empreendedorismo, emprego e renda, petróleo e gás, habitação e programas estratégicos, sendo seu orçamento previsto em R\$ 1.664.000,00.

Secretaria de Comunicação - é responsável pela organização e execução dos serviços de informação relacionados às atividades do Poder Executivo, tendo como foco a elaboração e o aprimoramento dos canais de comunicação entre a Prefeitura de Santos e a população. Elabora também o Diário Oficial de Santos e o portal do Município. Tem um orçamento previsto de R\$ 13,335 milhões.

Ouvidoria, Transparência e Controle - com orçamento previsto de R\$ 56,0 mil, atende denúncias, reclamações e representações pertinentes a assuntos relacionados às secretarias e demais instituições municipais, entre os quais atendimento inadequado e serviços ineficientes. Recebe também sugestões referentes a assuntos de interesse público. Propõe estudos, projetos e ações, em conjunto com outros órgãos da Administração Municipal, visando a melhoria da qualidade e produtividade, que contribuam para a modernização da gestão administrativa. Faz parte do órgão a Controladoria Geral, que exerce o controle preventivo e verifica a legalidade, a legitimidade, economicidade e moralidade da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da Administração direta, bem como da aplicação dos recursos destinados a pessoas jurídicas de direito privado.

Secretaria de Relações Institucionais e Cidadania - elabora planos, programas e projetos voltados à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso, da mulher e das pessoas com deficiência. Os recursos de R\$ 1,663 milhões atendem as atividades da secretaria, do Fundo Municipal de Ações de Prevenção às Drogas, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do CONDEFI - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra e do PROCON - Santos.

Secretaria de Assuntos Portuários, Indústria e Comércio - visa, por meio de políticas focadas na promoção do crescimento econômico aliado à inclusão social e à sustentabilidade, estreitar a relação do porto com a Cidade. Articula ações do governo municipal pela modernização e expansão de atividades portuárias e retro portuárias, indústrias manufatureiras ou de montagem e plataformas logísticas, sendo seu orçamento previsto R\$ 93,0 mil.

Encargos Gerais do Município - Esta nova Unidade Orçamentária, que ficará sob gestão da SEFIN e da SEGES, foi criada para agregar as despesas comuns das Secretarias (exceto Saúde, Seduc e Seas). Também fica alocada no EGM a reserva de contingência e, na ação 4000 estão consignados recursos de R\$ 14,582 milhões destinados às emendas dos 21 vereadores, sendo R\$ 694 mil a cada parlamentar. Nas demais Secretarias serão planejados e fixados somente os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades fins.

IV - SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA EM 30/06/2017

Em atendimento à legislação vigente estamos encaminhando também o quadro a seguir, que demonstra a situação econômico-financeira em 30/06/2017:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
01	ATIVO FINANCEIRO	386.270.185,57
02	CAIXA	2.755,09
03	BANCOS	178.685.098,03
04	ATIVO PERMANENTE	1.552.414.276,41
05	DÍVIDA ATIVA	554.661.036,81
06	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.542.800.840,61
07	PASSIVO FINANCEIRO	294.054.823,01
08	DÍVIDA FLUTUANTE	26.580.247,89
09	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	85.768.505,53
10	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	15.273.468,02
11	SALDO DE CREDORES DIVERSOS	6.278.406,06
12	RESTOS A PAGAR	214.572.000,46
13	PRECATÓRIOS A PAGAR	232.480.135,09
14	AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS	0,00
15	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	497.417.581,39
16	DÍVIDA CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO	489.831.934,83
17	SALDO PATRIMONIAL	1.147.136.195,43

V - CONCLUSÃO

Concluindo, queremos destacar que esta Proposta Orçamentária obedece rigorosamente a todas as vinculações de ordem legal e constitucional e os programas e ações constantes estão compatíveis com os demais instrumentos de planejamento orçamentário do Município. Para que haja melhor compreensão desta peça orçamentária, elaboramos o Quadro Analítico de Dotações com as descrições e valores de todas as ações governamentais.

É com satisfação, Senhor Prefeito, que encaminhamos à consideração de V. Ex.^a a minuta de Projeto de Lei referente ao Orçamento de 2018 do Município de Santos.

Santos, 27 de setembro de 2017.

MAURÍCIO LUÍS FRANCO
Secretário de Finanças